

Editorial

O Brasil arcaico, violento, sem instrução, sem apreço à lei, cujo restrito acesso às novas tecnologias é consequência do capitalismo incivilizado, em que impera a barbárie, nivelando pela violência as classes ricas e pobres, urbanas e rurais, transforma-se em temática problematizadora e, assim, começa a ser tratada a partir do período literário nominado Pré-modernismo.

Na passagem do século 19 para o século 20, se esboça na Literatura brasileira um pensamento crítico e reflexivo mais maduro e consistente sobre as condições e problemas da sociedade brasileira. Sua construção vincula-se à capacidade de identificar e operar com categorias da análise crítica. Nesse momento, uma nova concepção das relações sociais e a formatação de novos valores instruem os intelectuais e a produção literária, e isso pode ser observado tanto nas obras como nas biografias dos autores que representam esse período.

Monteiro Lobato, Lima Barreto, Euclides da

Cunha, Graça Aranha são testemunhas desse momento em que a lucidez, o compromisso ético e a criticidade foram responsáveis pelos novos rumos tomados pela atividade literária no Brasil. A partir de então, a literatura vai se aproximando mais da realidade, objetivando compreendê-la, analisá-la e denunciá-la, principalmente se critica a visão de mundo anacrônica atrelada à manutenção dos interesses e privilégios de classe. Embora as críticas tenham sido pesadas, nada se move em termos das necessárias mudanças: as esferas do poder continuam inacessíveis e intocáveis, porque não há motivos para que a ordem vigente se modifique. A truculenta defesa da imobilidade social garante a permanência, o continuísmo do processo capitalista ultrapassado, ao qual o discurso oficial denomina ordem, paz, organização, disciplina, norma, lei etc.

A literatura é combativa e deveria incomodar em razão de seu elevado conteúdo análítico e de seu poder de condenar os abusos, o autoritarismo, a mediocridade da classe dirigente sem metas e projetos, mas seus efeitos são neutralizados pela mentalidade conservadora institucionalizada e também pela apatia de uma sociedade que almeja transformações sem tirar os pés do mesmo lugar; ironicamente, identifica-se esse período como um momento de ruptura, uma vez que a República chegara para por fim a

tudo isso. Não se deve esquecer, entretanto, que a imobilidade é um traço marcante da cultura brasileira, antes de mais nada porque uma classe apenas se beneficia do capitalismo, enquanto que as outras esperam que um herói mítico ou místico venha salvá-las.

O mesmo olhar crítico do Pré-modernismo, volta para reavaliar a realidade brasileira a partir dos anos de 1930 no segundo momento modernista também conhecido por Geração de 45. Desenvolvendo-se entre essas duas datas, o período se estende por mais ou menos 15 anos, durante os quais, com muito vigor, a produção literária avança novamente denunciando as condições sociais obsoletas, os descompromissos político-sociais e o injusto acesso aos bens materiais e simbólicos. A ligação de vários autores com o Partido Comunista é decisivo nesse momento, para o estabelecimento do código literário engajado, particularmente explícito nas obras de Raquel de Queiróz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, entre outros.

Esses autores neo-realistas olham na mesma direção apontada por Sartre, que defendeu a finalidade político-social para a Arte, o comprometimento dos autores com a realidade imediata e uma ação transformadora voltada a realidade imediata, isto é, ao presente histórico. Nessa fase, a literatura se

caracteriza por ser um espaço de reflexão, na forma de participação, sobretudo propondo novos caminhos que pudessem conduzir a uma nova situação e ordem sociais.

A condição dos marginalizados, daqueles que não participam do processo capitalista excludente, interessa de forma particular ao novo estatuto literário, que se vê eticamente comprometido com essa dimensão da realidade e a toma como tema e missão. Sendo assim, ganham destaque as vozes dos excluídos num texto que ora se coloca em tom jornalístico ora se aproxima da análise sociológica, alertando sempre para o fato de que a civilização da barbárie, responsável por Canudos, pelo Cangaço e pela população de miseráveis operários, ainda pode evoluir para pior, mas que a tarefa principal é tomar consciência disso.

Portanto, os escritores neo-realistas cumprem uma função política importantíssima uma vez que alertam seus leitores para que observem os efeitos nefastos produzidos pelas contradições e descaminhos que é particularmente explícito nas obras de Raquel de Queiróz, Graciliano Ramos, José Luis do Rego, Jorge Amado, entre outros.

Esses autores neo-realistas olham na mesma direção, apontada por Sartre, que concebeu uma finalidade político social à Arte, o comprometimento do autor com a realidade imediata, e uma ação transformadora voltada ao

tempo presente. Nessa fase, a literatura se caracteriza por se transformar num espaço de reflexão e participação, sobretudo propondo caminhos que conduzissem à uma nova situação e ordem sociais.

A condição dos que ficam à margem, daqueles que nada receberam até então, interessa particularmente ao novo estatuto literário que incorpora essa dimensão da realidade como tema e missão.

Desta forma, ganham relevo as vozes marginais num texto que ora se coloca pelo tom jornalístico, ora se aproxima da análise sociológica, alertando sempre para o fato de que a civilização da barbárie responsável por Canudos e pelo Cangaço, pela população de operários urbanos que não ganham para sobreviver, ainda pode evoluir para pior, mas que a tarefa principal é tomar consciência disso.

Sendo assim, os escritores neo-realistas cumprem uma função política gerados numa sociedade que aceita uma nova fase do capitalismo mais agressivo ainda, que se acomoda confortavelmente sem que haja alguma resistência aos seus interesses e exageros.

O texto literário desse período é também um documento histórico em que se pode ver refletida as graves questões, ou melhor, a paradoxal situação em que o crescimento econômico engendra a desigualdade. Como se pode

constatar, a Literatura Brasileira, há mais de um século, vem tratando dos graves problemas ocasionados por um sistema mal gerenciado, cujos danos a “democracia representativa” pouco consegue minimizar. Embora tenha havido crescimento econômico, o despontamento com o seu resultado é grande, pois as desigualdades aumentaram proporcionalmente.

As posições mais fragilizadas sempre foram a das crianças e a dos idosos; são eles que nada produzem, segundo a lógica do mercado, por isso, marginalizados e abandonados, tornaram-se dependentes da caridade culposa que não lhes garante dignidade e respeito necessários à auto-estima e à cidadania. O Liberalismo Econômico, decorrente do Liberalismo político, tem se aproveitado do discurso idealista, mas na prática caminha em direção contrária, aprofundando as desigualdades e injustiçando os mais fracos e desprotegidos. É por essa perspectiva que se pode estabelecer ligações entre o artigo *Vivre avec le Capitalisme*, de Philippe J. Bernard e os demais textos deste número da Mimesis, nos quais aparecem os esforços que a sociedade contemporânea tem realizado para minorar os prejuízos causados pelo liberalismo econômico descompromissado com as razões sociais.

Talvez uma sociedade que tenha se conscientizado de que deva se preocupar com o trabalhador idoso e com sua linguagem, com a

adoção inter-racial e com o significado do cangaço, possa também sonhar com o capitalismo utópico, isto é, com o crescimento econômico e a igualdade social. Talvez se possa, então, pensar em ações corretivas para um sistema cujo maior equívoco é o desequilíbrio provocado pela incompetência do Estado em fiscalizar e punir a brutalidade com que algumas classes sociais defendem seus interesses, ultrapassando os limites das leis, da ética e da moral, sem que encontre uma instância capaz de deter seus desvarios.

